

MERCADOS



Bovespa cai 0,46%, a 127,6 mil pontos, e cede 0,71% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL
E MARIA REGINA SILVA/AE

Como no dia anterior, ainda que em grau moderado nesta sexta-feira, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) manteve a desconexão do sinal externo, levemente positivo, e cedeu 0,46%, aos 127.599,57 pontos, mostrando perda de 0,71% na semana, após ganhos de 1,57% e de 1,12% acumulados nos intervalos precedentes. Nesta sexta-feira, o Índice Bovespa (Ibovespa) saiu de abertura aos 128.188,34 pontos, e oscilou dos 127.466,58 aos 129.021,93 pontos durante a sessão, com giro a R\$ 22,9 bilhões. No mês, o Ibovespa avança 1,33% neste primeiro terço, limitando a perda do ano a 4,91%.

Poucos entre os principais carros-chefes do Ibovespa conseguiram evitar perda nesta última sessão da semana, com destaque para Itaú (PN +1,15%), que avançou 1,4% em relação ao fechamento da sexta-feira anterior. Foi a exceção positiva em uma semana ruim para as ações de grandes bancos, que chegaram a acumular revés de 4,32% (Bradesco ON) no mesmo intervalo. Hoje, Bradesco cedeu 0,08% (ON) e 0,59% (PN), enquanto Santander (Unit) também fechou em baixa de 0,59%, na mínima do dia. Por outro lado, Banco do Brasil (ON) limitou a perda da

semana a 2,13%, ao avançar 1,77% na sessão.

Na Bolsa, o dia foi de ajustes moderados e majoritariamente negativos nas principais ações. Vale ON fechou em baixa de 0,34%, com Petrobras (ON -0,76%, PN -0,22%) também no vermelho na sessão, embora em ajuste mais discreto do que a queda de 1,3% registrada pelo Brent nesta sexta-feira, em meio a receios quanto à demanda global. Na ponta perdedora do Ibovespa na sessão, destaque para Magazine Luiza (-7,78%), Petz (-5,24%) e Localiza (-5,15%). No lado oposto, Alpargatas (+3,31%), Allos (+2,96%) e Rumo (+2,54%).

DÓLAR

O dólar à vista encerrou a sessão desta sexta-feira, em alta moderada, mas acima da linha de R\$ 5,15 no fechamento pela primeira vez em maio.

Na abertura dos negócios, o dólar até ensaiou uma queda, com devolução parcial dos ganhos de 1,01% ontem no pós-Copom, e registrou mínima a R\$ 5,1187. Após máxima a R\$ 5,1608 à tarde, em momento de mais estresse no mercado de Treasuries, a moeda encerrou o pregão em alta de 0,3%, cotada a R\$ 5,1583. Na semana, a divisa acumulou valorização de 1,75%. No mês, ainda recua 0,65%.

30 DIAS

Portaria libera importação de bens usados para o RS

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Pelos próximos 30 dias, doações internacionais ao Rio Grande do Sul poderão entrar no país sem entraves. A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) anunciou a medida.

Segundo Alckmin, o Mdic recebeu um pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) para liberar temporariamente a importação de bens e equipamentos usados. "A comunidade [brasileira] de Miami está fazendo uma doação de roupas usadas e mantimentos. Então, não tem nenhum obstáculo [para a chegada dos produtos]", declarou o vice-presidente.

Antes de editar a portaria, informou Tatiana Prazeres, o Mdic entrou em contato com várias associações industriais, como a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Todas as entidades, disse a secretária, deram apoio à flexibilização temporária das regras.

possa ajudar a nossa querida população do Rio Grande do Sul", explicou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, ao anunciar a medida.

Segundo Alckmin, o Mdic recebeu um pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) para liberar temporariamente a importação de bens e equipamentos usados. "A comunidade [brasileira] de Miami está fazendo uma doação de roupas usadas e mantimentos. Então, não tem nenhum obstáculo [para a chegada dos produtos]", declarou o vice-presidente.

Antes de editar a portaria, informou Tatiana Prazeres, o Mdic entrou em contato com várias associações industriais, como a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Todas as entidades, disse a secretária, deram apoio à flexibilização temporária das regras.

IPCA

Inflação oficial registra taxa de 0,38% em abril

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial no país, registrou taxa de 0,38% em abril deste ano. O indicador ficou acima do observado no mês anterior (0,16%), mas abaixo do apurado em abril do ano passado (0,61%).

Segundo dados divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), o IPCA acumula taxa de inflação de 1,8% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulada é de 3,69%, abaixo dos 3,93% acumulados até março e dentro do limite de meta definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano: entre 1,5% e 4,5%.

Os principais responsáveis pela inflação de abril foram os alimentos e os gastos com saúde e cuidados pessoais. O grupo de despesas alimentação e bebidas registrou alta de preços de 0,7% no mês, puxada por itens como

mamão (22,76%), cebola (15,63%), tomate (14,09%) e café moído (3,08%).

Saúde e cuidados pessoais, grupo que teve elevação de preços de 1,16%, os itens com maior destaque foram os produtos farmacêuticos (com alta de 2,84%), impactados pela autorização de reajuste de até 4,5% nos preços dos medicamentos a partir de 31 de março.

Entre os medicamentos com maiores altas de preço estão os antidiabéticos (4,19%), os anti-

infeciosos e antibióticos (3,49%) e os hipotensores e hipocolesterolêmicos (3,34%).

Por outro lado, os artigos de residência e habitação tiveram deflação (queda de preços) no mês, de 0,26% e 0,01%, respectivamente.

Os demais grupos de despesas apresentaram as seguintes taxas de inflação: vestuário (0,55%), comunicação (0,48%), transportes (0,14%), despesas pessoais (0,10%) e educação (0,05%).

COMBUSTÍVEL

Petrobras anuncia mudanças que podem reduzir preço do gás natural

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

A Petrobras anunciou nesta sexta-feira mudanças na comercialização do gás natural canalizado que podem reduzir o preço do combustível, a partir de novas modalidades de venda que estarão disponíveis para distribuidoras estaduais e para consumidores livres. A estatal explica que essa atualização de preço não se refere ao GLP (gás de cozinha), envasado em botijões ou vendido a granel.

No caso das distribuidoras estaduais, a Petrobras informa que passará a valer um mecanismo de redução de preço nos contratos de venda de gás natural atualmente vigentes. Dependendo dos volumes movimentados pelo contrato, os preços poderão ter uma redução de até 10%. A companhia acrescenta que, desde o início de 2023, o preço para esses clientes já acumula queda de 25%.

No caso dos consumidores livres, a Petrobras informou que

ofertará uma nova carteira de produtos de venda "em condições mais customizadas e competitivas". Consumidores livres são aqueles que têm autorização de comprar o gás natural diretamente de produtores, importadores ou comercializadores, sem passar pelas distribuidoras estaduais de gás canalizado.

A redução não necessariamente será a mesma observada pelos consumidores finais do gás natural em residências e estabelecimentos, porque o preço

final não é determinado apenas pelo preço de venda pela Petrobras. O valor pago na ponta pelo gás inclui custos do transporte até a distribuidora, o portfólio de suprimento de cada distribuidora, as margens de lucro dessas empresas e os tributos federais e estaduais.

Em 1º de maio, os preços do gás natural às distribuidoras já haviam reduzidos, em média, em 1,5% em relação ao início do trimestre fevereiro-março-abril de 2024.

BALANÇO

Lucro da CSN Mineração sobe 8,17% no 1º trimestre para R\$ 557,93 milhões

BETH MOREIRA/AE

A CSN Mineração registrou lucro líquido de R\$ 557,938 milhões no primeiro trimestre de 2024, alta de 8,17% contra o lucro líquido de R\$ 515,798 milhões de igual período do ano passado.

O Ebitda (lucro antes de juros,

impostos, amortizações e depreciação) ajustado totalizou R\$ 1,123 bilhão nos primeiros três meses do ano, montante 44% menor que o apurado um ano antes.

A receita líquida de vendas no primeiro trimestre ficou em R\$ 3,510 bilhões, queda de 22,23% ante o registrado em

igual período do ano passado.

O resultado financeiro ficou negativo em R\$ 44 milhões, uma melhora de 88% em relação ao registrado um ano antes.

A produção de minério de ferro atingiu um volume de 9,150 milhões de toneladas nos primeiros três meses do ano, um

crescimento de 2% em relação ao primeiro trimestre de 2023.

O volume de vendas, por sua vez, atingiu 9,145 milhões de toneladas, ficando 6% maior do que o apresentado no mesmo intervalo do ano passado, o que representa um novo recorde da companhia para o período.

R\$ 106 MILHÕES

Lucro da Camil avança 572% no 4º trimestre fiscal de 2023

ISADORA DUARTE/AE

A Camil Alimentos, multinacional de origem brasileira, obteve lucro líquido de R\$ 106,6 milhões no quarto trimestre fiscal de 2023, encerrado em fevereiro, informou a empresa na quinta-feira, 9, depois do fechamento do mercado financeiro. O resultado representa alta de 572% ante igual período do ano passado, quando a companhia registrou lucro de R\$ 15,9 milhões. O lucro por ação atingiu R\$ 0,30 no quarto trimestre. A companhia atua em arroz, feijão, café, açúcar, massas, pescados e biscoitos.

Já a receita líquida aumentou 6,8%, de R\$ 2,512 bilhões para R\$ 2,682 bilhões no quarto trimestre fiscal de 2023. No segmento alimentício Brasil, a receita aumentou 6,8%, para R\$ 2,101 bilhões. O segmento alimentício internacional obteve receita líquida também 6,8% maior, de R\$ 581,2 milhões.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 61,7% na mesma comparação, de R\$ 157,0 milhões para R\$ 253,8 milhões. Já a margem Ebitda avançou 3,2 pontos percentuais do quarto trimestre fiscal de 2022 para o quarto trimestre fiscal deste ano, encerrando o período em 9,5%.

A alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) terminou o quarto trimestre fiscal de 2023 em 2,9 vezes ante 3 vezes de igual período do ano fiscal anterior. No período, a companhia investiu (Capex) R\$ 86,3 milhões, 12,4% menos que no

quarto trimestre fiscal de 2022.

BALANÇO 2023

A Camil Alimentos reportou lucro líquido de R\$ 360,5 milhões no ano de 2023, 1,9% maior na comparação com 2022, quando a empresa reportou lucro líquido de R\$ 353,7 milhões. O Ebitda da companhia atingiu R\$ 914 milhões, recuo de 0,6% frente aos R\$ 919,8 milhões do ano anterior. A margem Ebitda ficou em 8,1%, ante 9% de um ano antes, queda de 0,9 ponto porcentual. A alavancagem da empresa (relação entre dívida líquida e Ebitda) ficou em 2,9 vezes, ante 3 vezes reportada ao fim de 2022.

Já a receita líquida foi recorde e avançou 10,2% na comparação anual, alcançando R\$ 11,250 bilhões em 2023, ante R\$ 10,206 bi-

lhões de 2022. No segmento alimentício Brasil, a receita aumentou 10,5%, para R\$ 8,392 bilhões.

O segmento alimentício internacional obteve receita líquida 9,3% maior, de R\$ 2,858 bilhões. O volume de produtos comercializados pela empresa no ano recuou 0,6%, para 2,192 milhões de toneladas. O desempenho do Brasil, que cresceu 2,8% em volume vendido no ano fiscal de 2023, compensou a queda de 4% do segmento internacional no ano.

No ano, a empresa investiu R\$ 290,5 milhões, 27,5% menos que em 2022, quando aplicou R\$ 400,6 milhões. Em 2023, os aportes foram direcionados especialmente para a expansão da capacidade de café, massas e internacional.

No comunicado divulgado aos investidores, o diretor presidente da Camil, Luciano Quartiero, destacou que a receita líquida foi recorde no ano fiscal de 2023, atribuindo parte do desempenho às categorias de maior valor agregado - negócios adquiridos recentemente pela Camil.

Diário do
Acionista

Tels.: (21) 99122-4278

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Milhares de reais)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora		Passivo	Notas	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.318	274.695	19	116	Fornecedores	16	40.342	40.537	8	-
Aplicação financeira	5	347.023	103.408	-	5.300	Empréstimos e financiamentos	17	98.296	423.523	52.367	273.317
Contas a receber	6	148.593	116.768	-	-	Obrigações fiscais e sociais	18	28.222	12.685	1	1.170
Estoques	7	72.932	23.595	-	-	Salários e encargos	18	12.753	9.747	-	319
Créditos tributários	8	30.867	56.701	119	-	Adiantamentos de clientes	-	2.410	3.072	-	-
Adiantamento a fornecedor	9	66.543	12.888	13	-	Outras contas a pagar	19	4.319	44.649	-	-
Outras contas a receber	10	37.840	3.491	301	301		186.342	534.213	52.376	274.806	
Despesas antecipadas	11	17.357	22.243	-	-	Não Circulante					
		723.473	613.789	452	5.717	Empréstimos e financiamentos	17	603.635	761.681	498.333	661.014
Não Circulante						Impostos diferidos	21	257.455	212.777	-	-
Ativo disponível para venda	12	88.242	88.242	-	-	Partes relacionadas	13	56.348	102.902	66.949	90.752
Créditos tributários	8	32.292	53.948	32.360	32.360	Provisão para riscos judiciais	20	16.481	13.085	-	-
Outras contas a receber	10	24.978	19.320	16.030	16.030	Provisão para perda de investimentos	14	6.292	9.348	7.734	10.789
Partes relacionadas	13	60.502	203.604	121.223	264.999	Outras contas a pagar	19	49.473	53.191	-	-
Controladas e coligadas	14	81.925	106.053	827.178	636.723		989.684	1.152.984	573.016	762.555	
Outros investimentos	-	2.350	3.550	-	-	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	22	-	-	-	-
Imobilizado	15	308.468	303.135	-	-	Capital social		2.206.172	1.661.022	2.206.172	1.661.022
Intangível	15	225.490	213.867	-	-	Reservas de lucros		149.881	149.881	149.881	149.881
		824.247	991.719	996.791	950.112	Resultados abrangentes		(421.947)	(418.484)	(421.947)	(418.484)
Total do Ativo		1.547.720	1.605.508	997.243	955.830	Prejuízos acumulados		(1.562.255)	(1.473.950)	(1.562.255)	(1.473.950)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		371.851	(81.531)	371.851	(81.531)
						Participação de não controladores		(157)	(158)	-	-
						Total Patrimônio líquido		371.694	(81.689)	371.851	(81.531)
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.547.720	1.605.508	997.243	955.830

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	23	1.740.700	1.732.800	-	-
Custos	24	(1.522.888)	(1.608.000)	-	-
Resultado Bruto		217.812	124.800	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas Administrativas	24	(123.999)	(118.749)	(1.023)	(6.010)
Despesas Tributárias		(12.052)	(14.412)	(358)	(836)
Depreciações		(8.285)	(3.690)	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	7.129	33.641	47.358	26.714
Outros resultados operacionais	25	(46.200)	40.960	(25.246)	53.466
Lucro antes do resultado financeiro		(183.407)	(62.250)	20.731	73.333
Receitas financeiras		34.405	62.550	20.731	73.333
Despesas financeiras		71.871	93.748	521	3.489
Resultado Financeiro líquido	26	(150.693)	(188.294)	(109.557)	(131.100)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(78.822)	(94.546)	(109.036)	(127.611)
Contribuição Social		(44.417)	(31.996)	(88.305)	(54.277)
Impostos de Renda		(11.904)	(8.022)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		(31.983)	(16.267)	-	-
Prejuízo do exercício	27	(43.887)	(22.289)	(88.305)	(54.277)
Prejuízo atribuível a:		(88.304)	(54.285)	(88.305)	(54.277)
Acionistas controladores		(1)	8	-	-
Acionistas não controladores		(88.305)	(54.277)	(88.305)	(54.277)
Número de ações ao final do exercício	22		1.913.667.495	1.440.894.965	
Prejuízo do exercício por ação - Em Reais			(0,05)	(0,04)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício		(88.304)	(54.285)	(88.305)	(54.277)
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de avaliação patrimonial - investidas		(3.463)	(3.045)	(3.463)	(3.045)
Total do resultado atribuível aos acionistas		(91.767)	(57.330)	(91.768)	(57.322)
Acionistas não controladores		(1)	8	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(91.768)	(57.322)	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Reservas de lucros			Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Subscrito	A integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2022		1.661.485	(463)	921	7.446	137.646	(411.571)	(1.419.673)	(24.209)	(157)	(24.366)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo		-	-	-	-	-	(3.045)	-	(3.045)	-	(3.045)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(54.285)	(54.285)	8	(54.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.661.485	(463)	921	7.446	137.646	(414.616)	(1.473.958)	(81.539)	(150)	(81.689)
Aumento de capital	22 a	545.150	-	-	-	-	-	-	545.150	-	545.150
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo		-	-	-	-	-	(3.463)	-	(3.463)	-	(3.463)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(88.304)	(88.304)	(1)	(88.305)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.206.635	(463)	921	7.446	137.646	(418.079)	(1.562.262)	371.844	(150)	371.694

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1. **Objeto social:** A Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. "QGDN" é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Queiroz Galvão S.A., tendo sido criada em 1º de fevereiro de 1998 como parte de um amplo processo de reestruturação do Grupo Queiroz Galvão, novos planos estratégicos e de realinhamento das operações por áreas de atividade. Neste contexto, a Companhia tem como objetivo participar no capital de outras Entidades. 1.2. **Operações da Companhia:** As subsidiárias diretas da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.-QGDN, e suas respectivas áreas de negócios são: **Timbaúba S.A.:** A Timbaúba S.A., tem como atividades a agricultura irrigada, industrialização de produtos agrícolas próprios e de terceiros, com destaque para a produção de sucos concentrados, diluídos e de bebidas; a comercialização, inclusive exportação de produtos próprios e de terceiros, principalmente frutas. **Potiporã Alimentos Ltda.:** A Potiporã Alimentos Ltda, tem como finalidade a industrialização, comercialização, importação e exportação de alimentos, inclusive de matérias primas e bens utilizados em qualquer fase doprocesso industrial. **Concessionária Rodovia dos Tamolós S.A.:** A Concessionária Rodovia dos Tamolós S.A., tem como objetivo exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099. **COSIMA - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda. e a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré:** A COSIMA - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda. e a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré têm como atividade a produção e comercialização, inclusive importação e exportação, de ferro gusa, carvão vegetal e de produtos siderúrgicos em geral e seus subprodutos. **Energia Verde Produção Rural Ltda.:** A Energia Verde Produção Rural Ltda, tem como atividade a produção rural de produtos de origem vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou de industrialização rudimentar, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos por esses processos. **Potiporã Energia S.A., a Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S.A., e a RBF Geração Energia S.A.:** A Potiporã Energia S.A., a Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S.A., e a RBF Geração Energia S.A. tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e a operação de empreendimentos relacionados à geração, distribuição e/ou comercialização de Energia Elétrica. **Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A.:** A Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A. tem por objeto a participação em sociedades, como acionista ou cotista, que atuem no setor de energia elétrica. Em setembro de 2022, foi efetuada uma permuta, no qual 100% das ações da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., foi transferida para a Alya Construtora S.A. **Locav Locadora Ltda.:** A Locav Locadora Ltda, tem como objetivo a exploração no ramo de locação de veículos e máquinas novos e usados de sua propriedade, nacionais ou importados, sem utilização de mão-de-obra, bem como a gestão da frota de seus veículos e máquinas. Em setembro de 2022, em um processo de permuta junto com a Alya Construtora, a QGDN passou a ser controladora da Locav com 100% de suas ações. **Somah Participações Empresariais S.A.:** Somah Participações Empresariais S.A., tem como objetivo a participação, como acionista ou cotista, no capital de sociedades. **Headlight Vital Energia S.A.:** A Headlight Vital Energia S.A., tem como objetivos: (1) a execução e operação de serviços em geral na área de saneamento; (2) a participação, com recursos próprios, de outras empresas com objetivos similares à atividade de saneamento; (3) a exploração e aproveitamento do potencial de energia, bem como a geração e co-geração de energia e a distribuição e venda de energia; (4) a operação de usinas; e (5) a realização de serviços e atividades compatíveis e correlatas com os objetivos sociais. **Empreendimento Controlado em Conjunto: Cimento Portland Participações S.A. e a CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.:** A Cimento Portland Participações S.A. e a CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A. têm como atividade a fabricação, comercialização varejista e importação de cimento, cal, produtos calcários e correlatos. **Coligada: VIAPAR - Rodovia do Paraná S.A.:** A VIAPAR - Rodovia do Paraná S.A. tem como objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração de trechos rodoviários. **Concessionária Rio - Teresópolis S.A. - CRT:** A Concessionária Rio - Teresópolis S.A. - CRT tem como atividades, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. **Concessionária Move São Paulo S.A.:** A Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move São Paulo" ou "Companhia ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima de Propósito Específico (SPE), de capital fechado. Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social, específica e exclusivamente, a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja (Empreendimento), sendo permitido à Companhia realizar projetos associados e auferir receitas acessórias, nos termos e condições do "Contrato de Concessão" firmado entre o Estado de São Paulo ("Poder Concedente") e a Concessionária. **Concessionária Rio Barra S.A.:** A Concessionária Rio Barra S.A. tem como objetivo social exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metropolitano de passageiros da linha 4 do metrô do Rio de Janeiro. Em setembro de 2022, 100% da participação da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. foi transferida para a Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A.

2 - **Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** 2.1. **Base de preparação:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidencição a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 30 de abril de 2024. b) **Continuidade:** A Companhia vem incorrendo em prejuízos recorrentes, apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.562.255 mil (R\$ 1.473.949 mil em 2022) e prejuízo no exercício corrente de R\$ 88.304 mil (R\$ 54.285 mil em 2022), decorrentes de dificuldades encontradas em suas operações e de suas controladas, reflexo direto do resultado financeiro. c) **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas

contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas no item (f). d) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. e) **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. f) **Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023. 2.2. **Demonstrações Contábeis Individuais:** As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. 2.3. **Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as da controladora Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na nota explicativa nº 15. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações: (i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido. 2.4. **Pronunciamentos, normas e interpretações contábeis que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estavam em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): • Alterações a IFRS 10/CPC 36 (R3) e a IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto; • Alterações a IAS 1/CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante; • Alterações a IAS 1 Passivo Não Circulante com *Covenants*; • Alterações a IAS 7 e a IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; e • Alterações a IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Reforma Tributária no Brasil: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. 3 - **Políticas Contábeis Materiais e Outras Informações Elucidativas:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a) **Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. b) **Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de

QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. c) **Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. d) **Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de Aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. e) **Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a destinação para venda, tais ativos são mensurados a valor justo conforme CPC 31. f) **Investimentos:** Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. g) **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. h) **Intangível:** A investida Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada. i) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicadores de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. j) **Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As controladas que apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro Presumido, o qual estabelece um percentual de presunção sobre as receitas tributáveis. O recolhimento efetivo do imposto de renda e da contribuição social é diferido enquanto não houver a liquidação financeira (regime de caixa) dos valores a receber. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal. k) **Provisões:** (i) **Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. (ii) **Contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. l) **Reconhecimento de receita:** As controladas da Companhia reconhecem as receitas quando os valores das mesmas podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. (a) **Vendas de produtos:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. (b) **Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. (c) **Receita de serviços:** A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. (d) **Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estas podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). (m) **Resultado básico e diluído por ação:** A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. (n) **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de Caixa	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	160	163	-	-
Depósitos bancários à vista	2.158	274.532	19	116
	2.318	274.695	19	116

5 - Aplicação Financeira

Letra Financeira do Tesouro (I)	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fundo de investimento - renda fixa (II)	347.023	98.108	-	-
	347.023	103.408	-	5.300

(i) O saldo é referente a aplicações em fundo de investimento de renda fixa, caixa restrito vinculado ao Banco Genial, remunerado em média a taxa de 100% da taxa SELIC. O fundo é mantido especificamente para amortização e liquidação dos empréstimos, conforme acordo global de reestruturação de dívida Nota Explicativa nº 18. (ii) As aplicações financeiras em instituições bancárias de primeira linha referem-se a títulos pós-fixados (Certificado de Depósito Bancário) remunerados entre 95,5% e 101,5% do DI. Os saldos do (Banco Itaú) estão alocados em Fundo de Investimentos, que buscam acompanhar as variações do CDI.

6 - Contas a receber:

a) Os valores do contas a receber de clientes, detalhados por atividade operacional:

Consolidado	Circulante		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Produtos Siderúrgicos	5.914	10.371	-	-
Rodovias - concessão	13.644	10.335	-	-
Imóveis	1.000	-	-	-
Serviços Locações	65.686	6.153	-	-
Agroindústria	62.349	89.909	-	-
	148.593	116.768	-	-

b) Os valores detalhados por vencimento:

Consolidado	Circulante		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Vencido até 180 dias	51.842	37.321	-	-
Vencidos mais que 180 dias	39.177	30.248	-	-
A Vencer até 30 dias	14.694	13.725	-	-
A Vencer de 31 a 60 dias	24.596	24.288	-	-
A Vencer mais que 90 dias	18.284	11.186	-	-
	148.593	116.768	-	-

c) Os valores detalhados por empresa:

Consolidado	Circulante		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Locav Locadora Ltda	65.686	6.154	-	-
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	13.644	10.335	-	-
Timbaúba S.A.	62.350	89.908	-	-
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré	5.914	10.371	-	-
Cosima - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.	1.000	-	-	-
	148.593	116.768	-	-

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito. Os recebimentos dos clientes serão realizados conforme o cronograma definido nas negociações de crédito.

7 - Estoques

Consolidado	Circulante		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Almoxarifado (I)	62.533	16.488	-	-
Produtos Acabados (II)	10.399	6.801	-	-
Produtos em processo	-	306	-	-
	72.932	23.595	-	-

(i) Representado por material de uso e consumo na produção das controladas. O aumento dos estoques na investida Timbaúba é justificado por dois motivos: - Aumento significativo no planejamento de produção e vendas

de 2024; e - Definição e composição de estoques mínimos a fim de evitar rupturas no abastecimento da indústria. (ii) Representada pela investida Timbaúba S.A., com a atividade operacional na agroindústria e com seus principais produtos relacionados como: água de coco e suco, ambos envasados.

8 - Recursos tributários

Circulante	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
IRRF a compensar (i)	2.198	1.930	119	-
IRPJ/CSLL a recuperar (ii)	5.498	7.251	-	-
ICMS a recuperar (ii)	7.965	10.651	-	-
PIS/COFINS a compensar (ii)	15.206	36.869	-	-
	30.867	56.701	119	-

Não Circulante	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
IRRF a compensar (i)	67	67	67	67
IRPJ/CSLL a recuperar (iii)	32.225	53.881	32.293	32.293
	32.292	53.948	32.360	32.360

(i) IRRF a compensar - refere-se basicamente ao Imposto Renda Retido na Fonte de aplicações financeiras e de outras retenções; e (ii) A composição dos tributos a compensar no circulante possui basicamente das controladas Pindaré, Energia Verde, Cosima, Timbaúba e Rodovia dos Tamoios.

ii) Os valores detalhados por empresa:

Consolidado	Controladora	
	2023	2022
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	3.121	319
Timbaúba S.A.	1.230	2.174
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré	9.602	18.628
Energia Verde Produção Rural	5.530	22.285
Cosima - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.	9.186	11.365
	28.669	54.771

(iii) IRPJ/CSLL a recuperar circulante - refere-se a provisão de Imposto de Renda e Contribuição social sobre prejuízos fiscais que as investidas têm expectativa de realização por resultados futuros. A controladora é uma holding pura e tem como contexto operacional a participação de capital de outras entidades e possui o saldo de IRPJ/CSLL diferido no não circulante no valor de R\$ 32.292 em 2023 (R\$ 32.292 em 2022). A administração da Companhia mantém estudos e negociações em andamento objetivando a alienação de participações de algumas de suas investidas. O estudo de valorização sobre estas investidas, elaborado pela administração da Companhia, demonstram valores de realização com estas futuras negociações, superior aos valores registrados, com expectativa de ganhos de capital. Devido à referida expectativa de ganhos com estas operações, a Administração manteve registrado os saldos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal.

9 - Adiantamento a fornecedor

Circulante	Consolidado	
	2023	2022
Fornecedor Olam (Timbaúba) (i)	27.526	-
Fornecedores Diversos (Timbaúba) (ii)	2.784	7.599
Fornecedores diversos (Tamoios) (ii)	35.728	4.846
Outros	505	443
	66.543	12.888

(i) Adiantamento referente a operação com performance para amortização de empréstimo (ACC); e

(ii) O saldo de adiantamento de fornecedores é composto basicamente por valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços aplicados nas construções em andamento.

10 - Outras Contas a Receber

Consolidado	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento funcionário	6	341	-	-
Contas a receber (i)	34.276	-	24.911	16.030
Outros adiantamentos concedidos (ii)	3.558	3.150	67	3.290
	37.840	3.491	24.979	19.320

Controladora	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
Concessionária Move SP	-	-	16.030	16.030
Outras contas a receber	301	301	-	-
	301	301	16.030	16.030

(i) Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.: Ativo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento do aporte segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017; e (ii) Ativo não circulante, Tamoios S.A. em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes as parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais, sendo a primeira recebida em fevereiro de 2020 e a segunda, referente a fevereiro de 2021, recebida em julho de 2021, com os devidos acréscimos de multa e juros, a terceira parcela foi recebida em 02 de março de 2022.

11 - Despesas antecipadas

Prêmio de seguros	Consolidado	
	2023	2022
Juros a transcorrer	15.227	21.473
	2.130	770
	17.357	22.243

12 - Ativos disponíveis para venda

Fazendas (i)	Consolidado	
	2023	2022
	88.242	88.242
	88.242	88.242

(i) Refere-se aos ativos da controlada Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda. disponibilizados para venda. Os ativos estão mensurados a valor justo conforme CPC 31. Guardando liberação dos órgãos competentes para efetuar o compromisso de compra e venda conforme contrato assinado com a empresa Suzano.

13 - Partes Relacionadas: As operações com partes relacionadas não possuem prazo de vencimento e não sofrem incidência de encargos ou qualquer taxa de remuneração. A classificação dos valores no ativo e passivo não circulantes exprime a expectativa da Administração na realização dos saldos.

a) Consolidado	2023		2022	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Alfa Construtora S/A (ii)	-	-	126.406	-
Aquiles Global Corp (i)	-	43.216	-	43.216
Queiroz Galvão S.A.	1.131	-	-	46.444
Queiroz Galvão Tecnológica em Defesa e Seg.	-	13.132	-	13.229
Guarany Sederurgia e Mineração S/A	7.448	-	5.895	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário	11.635	-	34.392	-
CQG Construções Offshore	3.173	-	-	-
Estaleiro Atlântico Sul	35.949	-	35.949	-
Outros	1.166	-	962	13
	60.502	56.348	203.604	102.902

b) Controladora	2023		2022	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Timbaúba S/A	23.030	-	44.228	-
Alfa Construtora S/A	-	-	98.648	-
Aquiles Global Corp (i)	-	43.216	-	43.216
Queiroz Galvão S.A.	1.131	-	-	46.444
Queiroz Galvão Energia S/A	148	-	70	-
Cimento Portland Participações S.A.	323	-	323	-
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré	-	127	1.660	-
Energia Verde Produção Rural Ltda.	-	22.516	130	-
Cosima Siderúrgica do Maranhão	39.057	-	43.277	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário	-	-	22.757	-
Estaleiro Atlântico Sul	35.949	-	35.949	-
REPS A.	11.635	-	11.635	-
CQG Construções Offshore	3.173	-	-	-
Outros	6.777	1.090	6.322	1.092
	121.223	66.949	264.999	90.752

(i) Saldo refere-se a cessão de dívida que em 2020 era com a empresa CQG Offshore, em 2021 foi transferida para Aquiles Global Corp, conforme instrumento particular de confissão e compensação de dívidas, cessão de direitos e obrigações e outras avenças; e (ii) O saldo de R\$ 126.406 (Consolidado) é composto pelos montantes de R\$ 98.648, a serem recebidos pela Companhia de parte relacionada e R\$ 27.758, que são oriundos de mútuos a receber pela Locav Locadora Ltda. com as partes relacionadas. As transações são efetuadas em condições usuais de mercado e não tiveram incidência de encargos e não possuem data de vencimento.

14 - Participações em Sociedades Controladas e Coligadas

a) Composição do investimento	Empresas	Participação	2022		Controladora	
			Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial
Controladas						
Timbaúba S/A	100,00%	179.715	(4.792)	375.740	(5.171)	
Potiporã Alimentos						

QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

Controladora		2022		2023	
	Participação	Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial
Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A.	90,20%	(1.442)	(1.442)	-	-
Viapar - Rodovia do Paraná S/A	24,08%	(9.348)	14.301	(6.292)	3.056
		(10.790)	14.301	(7.734)	3.056

Movimentação		2022		2023	
	Outras Variações	Resultado Abrangente	Equivalência Patrimonial		
Queiroz Gabão Desenvolvimento em Energia S/A.....	(1.442)	-	-	(1.442)	-
Viapar - Rodovia do Paraná S/A	(9.348)	-	3.056	(6.292)	3.056
	(10.790)	-	3.056	(7.734)	3.056

Consolidado		2022		2023	
	% Participação	Equivalência Patrimonial	Resultado Abrangente	Equivalência Patrimonial	Resultado Abrangente
Viapar - Rodovia do Paraná S/A.....	24,08%	14.301	(9.348)	3.056	(6.292)

(ii) Em setembro de 2022 100% da participação que a Álya Construtora tinha sobre o patrimônio líquido da Locav Locadora Ltda. foi transferida para a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.

(iii) Composição dos investimentos - Consolidado: Em 31 de dezembro de 2023, os saldos na conta de investimento das demonstrações contábeis consolidadas, conforme orientação do CPC 19, está composto pelo investimento nas seguintes coligadas em que a administração é compartilhada:

	% Participação	Equivalência Patrimonial	Resultado Abrangente	Equivalência Patrimonial	Resultado Abrangente
Cimento Portland Participações S.A.....	50,00	(113)	2.188	(205)	1.983
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.....	50,00	10.142	68.587	16.141	66.728
Concessionária Move São Paulo S.A.....	39,79	886	5.676	(533)	5.143
Viapar - Rodovias do Paraná S.A.....	24,08	14.301	-	3.056	-
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT..	21,35	6.853	29.306	(11.211)	8.052
Concessionária Rio Barra S/A.....	33,34	1.550	-	-	-
Getesb Gestão, Estudos e Tecnologia.....	24,17	12	168	(158)	(10)
Gms Gestão e Manutenção de Saneamento Básico Ltda.....	21,95	10	128	(1)	(109)
		33.641	106.053	(28.202)	7.129

15 - Imobilizado e Intangível: a) Composição do imobilizado - Consolidado

Conta	Taxas anuais de Depreciação	2022	2023
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos.....	0,33% e 16,67%	139.499	124.237
Construções Cívicas.....	2,08% e 16,67%	42.681	42.681
Cultura Permanente e Florestas.....	0,42% e 16,67%	224.639	212.630
Instalações.....	2,08% e 16,67%	8	8
Veículos.....	5,56% e 16,67%	34.109	31.376
Outros imobilizados.....	Diversos	15.578	15.389
Terrenos.....	-	24.204	24.204
		480.718	450.525
Depreciação acumulada.....		(172.250)	(147.390)
		308.468	303.135

b) Movimentação imobilizado - consolidado

Conta	Taxas	Reclassificação		Reclassificação		Aquisição	Baixa	2022	2023
		Anterior	Depreciação	Anterior	Depreciação				
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos.....	0,33% e 100%	84.509	20.090	104.599	(74.091)	48.445	(43.290)	20.239	(601)
Construções Cívicas.....	2,08% e 16,67%	32.954	9.798	42.752	(31.073)	15.192	(15.881)	-	(71)
Cultura Permanente e Florestas.....	0,42% e 16,67%	343.667	(138.821)	204.846	(125.894)	59.133	(66.761)	11.622	(3.838)
Instalações.....	2,08% e 16,67%	5.012	(5.012)	-	(4.581)	4.581	(3)	8	-
Veículos.....	5,56% e 100%	8.366	(1.692)	6.674	(7.763)	7.480	(16.327)	27.043	(2.341)
Outros imobilizados.....	Diversos	7.695	5.650	13.345	(1.752)	(3.260)	(5.128)	2.045	(1)
Terrenos.....	-	45.789	(21.585)	24.204	-	-	-	-	24.204
		527.991	(131.571)	396.420	(245.154)	131.571	(147.390)	60.957	(6.852)

Conta	Taxas	Reclassificação		Reclassificação		Aquisição	Baixa	Depreciação Acumulada	2022	2023
		Anterior	Depreciação	Anterior	Depreciação					
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos..	0,33% e 16,67%	124.237	15.472	(210)	(50.598)	88.901	-	(17.328)	25.353	
Construções Cívicas.....	2,08% e 16,67%	42.681	-	-	(17.328)	25.353	-	(76.139)	148.500	
Cultura Permanente e Florestas.....	0,42% e 16,67%	212.630	12.009	-	(76.139)	148.500	-	(5)	3	
Instalações.....	2,08% e 16,67%	8	-	-	-	8	-	-	-	
Veículos.....	5,56% e 16,67%	31.376	3.963	(1.230)	(19.284)	14.825	-	(8.896)	6.682	
Outros imobilizados.....	Diversos	15.389	189	-	-	15.389	-	-	24.204	
Terrenos.....	-	24.204	-	-	-	24.204	-	-	24.204	
		450.525	31.633	(1.440)	(172.250)	308.468	-	-	-	

A investida Timbaúba S.A. realizou um inventário do seu imobilizado dos itens registrados até 31 de dezembro de 2021, conforme laudo. De acordo com o laudo apresentado não houve necessidade de realizar o *Impairment*, contudo, foi alterado o método de cálculo e taxas de depreciação de acordo com o tempo de vida útil estimada, conforme demonstrado no quadro. Em setembro de 2022 100% da participação que a Álya Construtora tinha sobre o patrimônio líquido da Locav Locadora Ltda foi transferida para a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.

c) Intangível - consolidado

	2021	Aquisição	Baixa	Depreciação Acumulada	2022
Direito de concessão de serviços públicos.....	168.065	45.171	-	-	213.236
Software.....	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento.....	631	-	-	-	631
	168.696	45.171	-	-	213.867

	2022	Aquisição	Baixa	Amortização Acumulada	2023
Direito de concessão de serviços públicos.....	213.236	20.371	(41)	(8.707)	224.859
Software.....	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento.....	631	-	-	-	631
	213.867	20.371	(41)	(8.707)	225.490

O saldo com intangível refere-se a investida Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2022 foi de 0,15%. **Contrato de concessão - Infraestrutura:** O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	2022	Saldo em 31 de dezembro de 2022
(+) Adições (i).....	168.065	45.171	213.236
(-) Baixas.....	-	-	-
(-) Amortizações.....	-	-	-
	168.065	45.171	213.236

(ii) As adições de 2023 referem-se às obras dos SAU 3 e 4 (Sistemas de Atendimento ao Usuário), WIFI (Equipamentos). Em 31 de dezembro de 2022 as adições referem-se às obras em andamento do novo CCO e PGF's, com isso houve incrementos nos custos, que foram concluídos no decorrer de 2022.

16 - Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais (QGDN).....	8	-	8	-
Fornecedores nacionais (Locav).....	120	36	-	-
Fornecedores nacionais (Pindaré).....	977	976	-	-
Fornecedores nacionais (Tamoios).....	15.133	7.700	-	-
Fornecedores nacionais (Timbaúba).....	24.104	31.825	-	-
	40.342	40.537	8	-

17 - Empréstimos e Financiamentos: a) Controladora: No segundo semestre de 2023, a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. concretizou a negociação da reestruturação de suas dívidas financeiras, alongando o prazo para liquidação de forma escalonada, em 8 anos. As modalidades CCB e Confissão de dívida, fizeram parte de um processo de reestruturação financeira do Grupo. O prazo final para pagamento será em 2037.

b) Controladora

	2023		2022		
Instituição Financeira/Modalidade	Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CCB.....	130% CDI	22.120	210.496	117.177	279.932
Confissão dívida.....	130% CDI	30.247	287.837	156.141	381.082
		52.367	498.333	273.317	661.014

	2024		2025		2026		2027		2028		Após 2028	
Instituição Financeira/Modalidade	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total não circulante								
CCB.....	130% CDI	22.120	210.496	117.177	279.932	-	-	-	-	-	-	210.496
Confissão dívida.....	130% CDI	30.247	287.837	156.141	381.082	-	-	-	-	-	-	287.837
		52.367	498.333	273.317	661.014	-	-	-	-	-	-	498.333

c) Consolidado

	2023		2022		
Instituição Financeira/Modalidade	Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CCB.....	130% CDI	22.120	210.496	117.177	279.932
Confissão dívida.....	130% CDI	30.247	287.837	156.141	381.082
Itaú-Unibanco/FINAME.....	3,0% a 3,5%	-	-	74	-
Banco CNH Industrial/CCB.....	12,35%	1.168	3.795	-	-
Banco do Brasil/ACC.....	Câmbio + 4,75%	39.390	-	150.131	-
Debêntures.....	7,81% + IPCA	5.371	101.507	-	100.667
		98.296	603.635	423.523	761.681

d) Financiamento por vencimento e por empresa:

Curto Prazo	TIMBAÚBA				TAMOIOS				QGDN				TOTAL				
	2024	2025	2026	2027	2024	2025	2026	2027	2024	2025	2026	2027	2024	2025	2026	2027	
	40.558	-	-	-	5.371	-	-	-	52.367	-	-	-	98.296	-	-	-	-

Longo Prazo	TIMBAÚBA				TAMOIOS				QGDN				TOTAL				
	2025	2026	2027	2028	2025	2026	2027	2028	2025	2026	2027	2028	2025	2026	2027	2028	
	1.100	-	-	-	-	-	-	-	1.100	-	-	-	1.100	-	-	-	-
	1.013	-	-	-	-	-	-	-	1.013	-	-	-	1.013	-	-	-	-
	906	-	-	-	-	-	-	48.105	49.012	-	-	41.288	48.105	49.012	-	-	
	776	-	-	-	-	-	-	40.512	41.288	-	-	511.222	40.512	41.288	-	-	
	-	-	-	-	101.507	-	-	409.715	511.222	-	-	603.635	101.507	409.715	-	-	
	-	-	-	-	3.795	-	-	498.333	603.635	-	-	603.635	3.795	498.333	-	-	

Em 2023 a controlada Timbaúba S.A. adquiriu o empréstimo para aquisição de novos tratores junto ao Banco CNH Industrial, amortização em 5 pagamentos anuais. A controlada Rodovia dos Tamoios, em 25 de abril de 2022 celebrou a 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Privadas Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única no valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). A emissão se deu através do enquadramento do "projeto" como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura nº 1.561, de 24 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União ("DOU") em 30 de dezembro de 2021. A Debênture terá prazo de 10 (dez) anos e 20 (vinte) dias, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2032. Sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios pré-fixados, pagos semestralmente à taxa de juros de IPCA+ 7,8081 a.a. Em 16 de novembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela de juros no valor de R\$3.910, dia 15 de maio de 2023 efetuou o pagamento da segunda parcela de juros no valor de R\$3.896 e, dia 16 de novembro de 2023 efetuou o pagamento da terceira parcela no valor de R\$4.099. Cláusulas restritivas ("Covenants"): A Companhia obriga-se a cumprir determinadas cláusulas restritivas ("Covenants"), sob pena de ter decretado o vencimento antecipado de suas dívidas, a saber: (i) manutenção de garantias, (ii) ausência de títulos protestados, (iii) ausência de encerramento de conta depósito no banco, (iv) ausência de solicitação de recuperação judicial, entre outros.

18 - Obrigações Fiscais, Salários e Encargos Sociais

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2022	2022
Obrigações fiscais				
Obrigações Fiscais Receita Bruta.....	214	209	-	-
Obrigações Sociais.....	350	359	-	-
IRPJ/CSLL sobre lucro.....	1.984	1.958	-	-
IRPJ/CSLL Parcelamento (i).....	598	1.077	-	1.077
Retenções e Impostos a Recolher (ii).....	25.076	9.082	1	93
	28.222	12.685	1	1.170
Salários e encargos sociais				
Salários e encargos sociais (iii).....	5.367	3.755	-	61
Provisões trabalhistas.....	7.366	5.992	-	258
	12.733	9.747	-	319

(i) Valores referentes a parcelamentos de impostos, com prazo original de 60 meses; (ii) Valores referentes a impostos retidos nos seus respectivos vencimentos, em 2024 a companhia parcelou o débito do INSS em 60 parcelas.

19 - Outras Contas a Pagar

	2023		2022	
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante
Consolidado				
Credores diversos (i).....	4.319	49.473	44.649	53.191
	4.319	49.473	44.649	53.191

(i) Credores diversos

	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
Pavimentação/Sinalização (Tamoios).....	-	-	-	45.273
Concessão de serviços públicos (Tamoios).....	-	43.307	49.473	-
INSS a compensar.....	2.729	-	-	-
Seguros e garantia a pagar (Tamoios).....	89	89	-	-
Obrigação contratual ambiental (Tamoios).....	-	-	-	4.705
Receitas a apropriar (Tamoios).....	1.501	1.253	-	3.213
	4.319	44.649	49.473	53.191

20 - Provisão para riscos judiciais

a) Prováveis

	Não Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022

ESSOR SEGUROS S.A.

CNPJ Nº 14.525.684/0001-50 NIRE: 33.3.0030308-1

telefônica e também podem apresentar seu voto por escrito ou por telefone, videoconferência, fax, carta registrada ou qualquer outro meio que expresse sua vontade, no caso de reuniões em que não possam participar. **Parágrafo Quarto** – As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio, e as que devem ter efeitos perante terceiros serão levadas a arquivamento no Registro de Comércio e publicadas. **Clausula 15** - As decisões tomadas pelo Conselho de Administração basear-se-ão na maioria dos votos dos membros presentes. Cada membro terá direito a 1 (um) voto. **Clausula 16** - O presidente do conselho de administração terá as seguintes atribuições: (a) convocar a assembleia geral da Companhia, após deliberação do Conselho de Administração acerca da matéria; (b) convocar as Reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração; (c) presidir a assembleia geral e as Reuniões do Conselho de Administração da Companhia; e (d) organizar a pauta das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas na sede da Companhia, exceto se de outra forma deliberado pela maioria de seus membros. **Parágrafo Segundo** - Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, o Conselho de Administração deliberará sobre as seguintes matérias: i. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; ii. eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes seus poderes, de acordo com as disposições do presente Estatuto Social; iii. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia; e solicitar informações sobre contratos celebrados ou a serem celebrados pela Companhia e sobre todos os outros atos tomados ou a serem tomados pela Companhia; iv. convocar as Assembleias Gerais, caso em que o Conselho de Administração deverá ser representado por seu Presidente; v. expressar a sua opinião sobre o relatório de gestão e as contas da Diretoria; incluindo a atribuição de lucros e pagamento de dividendos; vi. decidir sobre os seguintes assuntos: a. a abertura de filiais; b. a concessão de empréstimos superiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais); c. a estratégia de gerenciamento de ativos; e d. a criação de comitês. vii. deliberar sobre quaisquer outros assuntos definidos por lei ou pelo Conselho de Administração. **Seção III: Diretoria: Clausula 17** - A Diretoria será composta de 2 (dois) a 8 (oito) , dentre os quais 1 (um) membros será obrigatoriamente designado para o cargo de Diretor de Controles Internos e será responsável pela fiscalização e controles internos da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração e com atribuições fixadas por este órgão. **Parágrafo 1º** - O Diretor de Controles Internos de que trata o caput poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança da supervisionada, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio; deverá possuir a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Riscos ou o Conselho de Administração, quando existentes, ou com o presidente ou executivo principal da companhia, sem a presença dos demais diretores; fica proibido de receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Parágrafo 2º** - Compete ao Diretor de Controles Internos (I) orientar e supervisionar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; (ii) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos; e deficiências relativas à EGR (Estrutura de Gestão de Riscos) e ao SCI (Sistema de Controles Internos) e seu respectivo saneamento; e (iii) outras atividades previstas na legislação aplicável. **Parágrafo 3º** - Além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social ou em lei, compete à Diretoria a administração dos negócios sociais e a prática de todos os atos de interesse da Companhia, ressalvados aqueles para os quais a competência seja da assembleia geral ou do conselho de administração. **Clausula 18** - Os Diretores terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitidas reeleições. **Clausula 19** - No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer diretor, ou em decorrência de renúncia, falecimento, impedimento ou incapacidade permanente, este deverá ser substituído por substituto designado pelo Presidente do Conselho de Administração. **Clausula 20** - Ressalvado o disposto no Parágrafo Primeiro abaixo, a Companhia será sempre representada em todos os seus atos e operações, por 1 (um) Diretor isoladamente ou por 1 (um) procurador isoladamente, com poderes expressos e específicos, em juízo ou fora dele. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia será representada por (a) 2 (dois) Diretores em conjunto, (b) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, com poderes expressos e específicos ou (c) por 2 (dois) procuradores, ambos com poderes expressos e específicos na prática dos seguintes atos: a. Vender, alienar, onerar ou dispor de ativos da Companhia cujo valor seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); b. Adquirir qualquer bem imóvel, assim como vender, tocar, ceder, alienar, onerar ou dispor de parte ou da totalidade do ativo imobilizado de propriedade da Companhia cujo valor seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); c. Adquirir, alienar, onerar ou dispor de participação em sociedades cujo valor seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); d. Votar em qualquer reunião de quotistas ou assembleia de acionistas de sociedades investidas; e. Outorgar procurações, devendo os instrumentos de mandato, exceto aqueles para fins de representação em juízo, conter, além do seu prazo de validade, os atos e as operações que poderão ser praticados; e f. Celebrar contratos, acordos ou quaisquer atos que impliquem responsabilidade, ônus ou obrigação para a Companhia, de qualquer tipo, e em qualquer forma, em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), exceto pela emissão de apólices de seguros pela Companhia no curso ordinário de seus negócios. **Parágrafo Segundo** - Os atos de quaisquer dos acionistas, diretores, empregados ou procuradores da Companhia que envolverem a Companhia em qualquer obrigação relacionada a negócios ou atividades e operações estranhas ao objeto social, tais como a concessão de fiança, aval, endosso ou outras garantias de qualquer natureza, exceto produtos securitários de garantia, em favor de terceiros são expressamente proibidos e vedados e serão considerados nulos e ineficazes, não produzindo qualquer efeito para a Companhia. **Clausula 21** - A Diretoria deverá se reunir mediante convocação de um dos diretores, sendo a reunião presidida pelo Diretor Presidente. No caso de ausência ou não eleição do Diretor Presidente, o Conselho de Administração, representado por seu Presidente ou por qualquer de seus Membros, deverá designar, por e-mail ou por qualquer outra forma por escrito, o Diretor que atuará como o Presidente da reunião. O Conselho de Administração deverá aprovar, também, as regras e os procedimentos internos a serem adotados pelos Diretores na Reunião da Diretoria. VIII. **CONSELHO FISCAL: Clausula 22** - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, devidamente qualificados na forma da Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho Fiscal será instalado por deliberação da Assembleia Geral, a pedido de acionistas, na forma prescrita na Lei das S.A. **Parágrafo Segundo** - O funcionamento, competência, os deveres e as responsabilidades dos Conselheiros obedecerão ao disposto na legislação em vigor. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitando o limite legal. IX. **COMITÊ DE AUDITORIA: Clausula 23** - A Companhia contará com um Comitê de Auditoria estatutário vinculado ao Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - O Comitê de Auditoria deverá cumprir suas atribuições a partir do exercício de sua criação. **Clausula 24** - O Comitê de Auditoria será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com mandatos alternados de até 3 (três) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, conforme critérios e condições estabelecidas em Regulamento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) membro integrante do Conselho de Administração que não participe da Diretoria, e os demais membros não-vinculados à administração da Sociedade. **Parágrafo Primeiro** - Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deverá possuir conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil dos mercados em que a companhia opera. **Parágrafo Segundo** - Os conhecimentos de que trata o parágrafo anterior deverão ser comprovados por meio dos seguintes requisitos: I. formação educacional compatível com os conhecimentos necessários de contabilidade societária; II. conhecimento dos princípios contábeis geralmente aceitos e habilidade para avaliar a aplicação desses princípios em relação às principais estimativas contábeis; III. experiência em preparar, auditar, analisar ou avaliar demonstrações financeiras que possuam nível de abrangência e

complexidade comparáveis aos da companhia; e IV. conhecimento de controles internos. **Parágrafo Terceiro** - O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo Quarto** - É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **Parágrafo Quinto** - Na hipótese de mandato inferior ao previsto no caput, esse poderá ser renovado até o limite de 5 (cinco) anos. **Clausula 25** - Constituem atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria aquelas definidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, Superintendência de Seguros Privados, ou outras determinadas pela legislação ou regulamentação que rege a matéria, ou, ainda, pelo Conselho de Administração, observado o escopo de sua atuação, destacando-se as seguintes: I. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da supervisionada ou pelo Conselho de Administração da controladora e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; II. recomendar, à administração da companhia, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; III. revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras; IV. avaliar a efetividade das auditorias contábeis independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; V. avaliar a aceitação, pela administração da companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pelos auditores contábeis internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; VI. avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêm efetivos mecanismos que protegem o prestador da informação e da confidencialidade desta; VII. recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da companhia ou à Diretoria da controladora, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII. reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor Presidente da companhia ou com a Diretoria da controladora e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da companhia; X. reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da companhia da controladora, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e XI. outras atribuições determinadas pela Susep. **Clausula 26** - O Comitê de Auditoria pode, no âmbito de suas atribuições, utilizar-se do trabalho de especialistas, sem eximir-se de suas responsabilidades. **Clausula 27** - O Comitê de Auditoria deverá elaborar documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, contendo, no mínimo, as seguintes informações: I. atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; II. avaliação da efetividade dos controles internos da companhia, com evidenciação das deficiências detectadas; III. descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; IV. avaliação da efetividade da auditoria contábil independente e da auditoria contábil interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; e V. avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, com evidenciação das deficiências detectadas. **Parágrafo Primeiro** - A companhia deverá manter à disposição da Superintendência de Seguros Privados e do Conselho de Administração ou, na sua inexistência, da Presidência ou do Diretor-Presidente da companhia ou do Conselho de Administração da controladora, o relatório disposto no caput, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos de sua elaboração. **Parágrafo Segundo** - A companhia deverá divulgar, em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias e anuais da companhia ou da controladora, resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento. **Parágrafo Terceiro** - Caso o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria seja divulgado nas demonstrações financeiras da controladora, tal fato deverá ser evidenciado em notas explicativas da companhia. **Clausula 28** - A extinção do Comitê de Auditoria somente ocorrerá quando a companhia não mais apresentar as condições contidas no caput do artigo 129 da Resolução CNSP n.º 321, de 2015 e de ter cumprido as atribuições relativas aos exercícios sociais em que foi exigido o seu funcionamento. X. **EXERCÍCIO SOCIAL: Clausula 29** - O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, são levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, que serão apresentadas ao conselho de administração e à assembleia geral, com a observância dos preceitos legais pertinentes. **Clausula 30** - O lucro líquido do exercício social da Companhia deverá ser distribuído da seguinte forma: a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social; b) 5% (cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do art. 202 da Lei das S.A.; c) o lucro que não for destinado na forma dos itens a) e b) acima será distribuído de acordo com o que for decidido pela Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável. **Clausula 31** - O montante dos dividendos será colocado à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que forem atribuídos, a menos que outro prazo seja estabelecido pela assembleia geral. Em qualquer caso, os dividendos deverão ser colocados à disposição dos acionistas dentro do mesmo exercício social. **Clausula 32** - Nos termos do artigo 204 da Lei das S.A., a Companhia poderá distribuir dividendos intermediários, quando aprovado pela assembleia geral, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou ainda, distribuir dividendos com base em balanços intercalares levantados em períodos menores, inclusive mensalmente. **Clausula 33** - Por deliberação da assembleia geral, poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros a título de remuneração sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, com base em balanços anuais ou intermediários, nos termos do artigo 9º da Lei nº. 9.249 de 26 de dezembro de 1995, cujo montante poderá ser imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, nos termos da legislação pertinente. XI. **LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO: Clausula 34** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e mediante decisão da Assembleia Geral, por deliberação de acionistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante da Companhia. **Clausula 35** - Na hipótese de liquidação ou dissolução da Companhia, os ativos serão utilizados para quitar os débitos pendentes da Companhia. Os ativos remanescentes, se existentes, serão distribuídos entre os acionistas, na proporção do número de ações por eles detidas. **DISPOSIÇÕES GERAIS: Clausula 36** - Este Estatuto Social deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e quaisquer controvérsias oriundas deste Estatuto Social deverão ser dirimidas por meio do Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, o qual é eleito em detrimento de outro, por mais privilegiado que seja. **Clausula 37** - A invalidade, no todo ou em parte, de qualquer disposição deste Estatuto Social não afetará a validade de qualquer outra disposição deste Estatuto Social. **Clausula 38** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. " **IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES: CERTIFICADO QUE O ATO DA ESSOR SEGUROS S.A. NIRE 33.3.0030308-1. PROTOCOLO 2024/00203645-6, ARQUIVADO EM 28/02/2024, SOB O NÚMERO (S) 00006104497, FOI ASSINADO DIGITALMENTE. Nome: LETICIA WIENSKOSKI - CPF/CNPJ: 124.021.387-50. JUCERJA: CERTIFICADO DO ARQUIVAMENTO em 28/02/2024 SOB O NÚMERO 00006104497 e demais constantes do termo de autenticação.**

Rio de Janeiro

OUTONO-SÁBADO: Sol com algumas nuvens ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

Manhã

Tarde

Noite

34°

21°

5%

06:17

17:20

BAIXADA

Hospital lança projeto de realidade virtual

A realidade virtual passou a fazer parte do tratamento de fisioterapia dos pacientes internados no Hospital Estadual Ricardo Cruz (HERCruz), em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A ferramenta é inovadora no Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Rio e é usada como complemento da terapia tradicional. O projeto, criado pela equipe de fisioterapia da unidade, ajuda a acelerar a recuperação de pacientes com longa internação, lúcidos, com quadro de dor de difícil controle e perdas de movimento.

Os óculos de realidade virtual adquiridos pela unidade funcionam acoplados a um celular. São imagens reproduzidas em três dimensões, com duração que varia entre 5 e 15

minutos, dando a sensação de que o paciente está na praia, na montanha, floresta ou em um parque. De forma lúdica e humanizada, o paciente é transportado para outro cenário, sem precisar sair do lugar. Todas as imagens são associadas a um exercício que faz parte do tratamento.

“A tecnologia oferece um ambiente imersivo e interativo, favorecendo na melhoria motora, equilíbrio, coordenação e força muscular. A realidade virtual permite reduzir a ansiedade provocada pelo tratamento de longa duração, constituindo-se numa experiência terapêutica positiva e motivadora”, frisa o subsecretário de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Caio Souza.

SAQUAREMA

Justiça torna réus tutores de cães que atacaram escritora

A Justiça do Rio de Janeiro aceitou denúncia do Ministério Público (MP) contra os três tutores dos cães da raça pitbull, que atacaram a escritora Roseana Murray no mês passado, em Saquarema, na Região dos Lagos. Durante o ataque, ela perdeu uma orelha e um braço.

Os três são acusados de praticar abuso e maus-tratos contra animais e de colocar em risco a segurança alheia.

Segundo o MP, os tutores dos três pitbulls não tiveram a devida cautela com animais perigo-

sos e agiram com negligência e imprudência, ofendendo a integridade física da escritora. De acordo com o MP, os denunciados, de forma livre, consciente e voluntária não guardaram com a devida cautela animais perigosos e agiram com negligência e imprudência, ofendendo a integridade física da escritora.

Sobre os animais, que foram encontrados debilitados, assustados e confinados em local sem condições de higiene, diz a denúncia: “em data que não se pode precisar, mas sendo certo que até o dia 5 de abril de 2024,

por volta das 6h10, os denunciados, de forma livre, consciente e voluntária, no interior da residência localizada na Avenida Ministro Salgado Filho, nº 1.556, Boqueirão, nesta comarca, praticou atos de maus-tratos contra três animais domésticos, quais sejam, Mila, Pretinho e Nero, todos da raça pitbull, de propriedade deles.”

Conforme o Ministério Público, no dia 5 de abril deste ano, por volta das 6h10, os denunciados, agindo com negligência e imprudência, “ofenderam a integridade física” da vítima Ro-

seana Murray, causando-lhe as lesões corporais na medida em que não guardaram com a devida cautela os três cães.

O caso foi no dia 5 de abril, no momento em Roseana Murray fazia uma caminhada. Após o ataque, a escritora foi levada em estado grave para o Hospital Estadual Alberto Torres, na cidade de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, onde passou por cirurgia e ficou 13 dias internada.

Os tutores perderam a guarda dos animais, que estão em um canil da prefeitura de Saquarema.

HOTEL ACOLHEDOR

Governo do RJ inaugura Biblioteca Acolhedora para população de rua

Pessoas em situação de rua que frequentam o Hotel Acolhedor, no Centro do Rio, ganharam na quarta-feira passada um novo espaço de acesso ao conhecimento: a Biblioteca Acolhedora. O projeto, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Rosângela Gomes.

Alessandro Victor Amaral Ribeiro tem 20 anos e frequenta o Hotel Acolhedor do Centro há 3 meses. Já passou por diversos abrigos, mas gostou e preferiu ficar no equipamento socioassistencial do Governo do Estado.

“Já passei por muitos abrigos e nunca vi um tão bem estruturado. O Hotel Acolhedor tem pessoas que pensam em desenvolver o ser humano da melhor maneira possível. Tem muita gente na rua que está perdida, em sofrimento, andando descalço, ocioso, e essa biblioteca é uma forma de distração. Ler um

livro pode dar uma abertura para um novo capítulo na sua vida. Estou muito grato pelo cuidado de vocês”, disse Alessandro Amaral.

No Hotel Acolhedor do Cateite funciona, desde o ano passado, a Biblioteca Cora Coralina, que tem sido bastante utilizada pelos hóspedes. O local tem mais de 300 livros com temáticas que variam entre romance, poesia, literatura brasileira, autoajuda, história, até ficção e espiritualidade. As duas bibliotecas, tanto a do Centro, assim como a do Catete, tiveram seu nome escolhido pelos próprios assistidos do hotel.

“Com os livros fica também o desejo de que sejam ótimas companhias e que possam rea-

reinscrção social e isso passa pelo acesso à cultura”, destacou a secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Rosângela Gomes.

“Com os livros fica também o desejo de que sejam ótimas companhias e que possam rea-

vivar memórias, aflorar sentimentos e proporcionar novas descobertas. A biblioteca do Hotel Acolhedor reafirma o comprometimento do Programa Mais Leitura e da Imprensa Oficial com o aspecto sociocultural da nossa sociedade”, disse a presidente da Imprensa Oficial do Estado, Patrícia Damasceno.

ACOLHEDOR

O Hotel Acolhedor é um programa da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos idealizado para acolher pessoas em vulnerabilidade social ou situação de rua no estado do Rio. São duas unidades na capital, uma no Centro e outra no Catete, com capacidade total de 300 leitos diários. O Hotel oferece banho quente, duas refeições - uma à noite e outra pela manhã -, além de kit de higiene básico. A entrada é a partir das 19h e a saída às 7h. Há também apoio psicológico e de assistentes sociais para auxiliar na reinserção social.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Construtora Novolar Ltda, CNPJ nº 03.633.447/0003-58, torna público que recebeu junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do Processo EIS-PRO-2021/02421, a Licença Municipal Prévia - LMP nº EIS-LMP-2024/00010 com validade até 09/05/2026, para Projeto de Loteamento, sito à Estrada do Campinho, Lote 04 do PAL 26.808, Campo Grande/RJ.

Geração Biomassa Santa Candida II S.A.

CNPJ/MÉ nº 14.759.176/0001-36 - NIRE 33.3.0035299-6 **Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária** São convidados os Senhores Acionistas da **Geração Biomassa Santa Candida II S.A.**, a participarem das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária que se realizarão em sua sede social, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), às 14:00 horas do dia 21 de maio de 2024, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) reatificar o Instrumento de Particular de Transformação do Tipo Sociedade ocorrido em 05 de fevereiro de 2024 por conta do equívoco relacionado a denominação social da Companhia, bem como as Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas em 13 de fevereiro de 2024 e 14 de fevereiro de 2024 acerca das informações constantes nos atas supracitados referentes ao valor do capital social e quantidade de ações, dada de assinatura no fecho do documento, denominação social da Companhia e consolidação do artigo 5º do estatuto social; (ii) consolidar o estatuto social da Companhia; **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativa ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) reeleger e eleger os diretores da Companhia; (iii) deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da Companhia; e (iv) Instruções e Informações Gerais. Rio de Janeiro, RJ, 10/05/2024. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** - Diretor. (11, 14 e 15/05/2024)

TRAGÉDIA CLIMÁTICA

Cidades gaúchas querem mudar bairros de lugar

JOSÉ MARIA TOMAZELA
E PRISCILA MENGUE/AE

Até menos três cidades que foram severamente atingidas pelas enchentes do Rio Grande do Sul planejam mudar parte da área urbana para fora da região sujeita a inundações. São localidades de pequeno porte, situadas em calhas de rios, e que enfrentaram de dois a quatro desastres naturais em menos de um ano.

Especialistas afirmam que outras cidades precisam seguir os exemplos de Barra do Rio Azul, Muçum e Cruzeiro do Sul e não reerguer as estruturas destruídas no mesmo lugar. Para eles, com as mudanças climáticas, novas enchentes virão.

Em coletiva de imprensa na sexta-feira, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou ter solicitado que o levantamento de impactos da Defesa Civil também inclua a identificação de localidades que possam eventualmente

não ter mais população fixa. "Isso está no nosso radar e no nosso plano de ação."

"(Teremos) um olhar específico para aquelas cidades que terão a necessidade de um planejamento excepcional de transferência de locais inteiros, o que vai envolver um custo multibilionário para as necessidades de indenizações para as pessoas que vivem nesses lugares e transferência para um novo lugar, que deveria ser também urbanizado. Nós entendemos que é pertinente para algumas cidades, algumas localidades críticas. Aí vamos buscar a condição de fazê-lo", disse Leite.

Em Barra do Rio Azul, cidade de 1,7 mil habitantes no norte do Estado, o prefeito Marcelo Arruda (PTB) pretende mudar o comércio e as casas que estão nas margens dos rios Paloma e Azul para uma área mais distante, fora da região de inundações.

A nova área urbana ficará a 600 metros do centro atual, em um terreno mais alto. O plano é

dar os lotes como permuta pelos terrenos ocupados atualmente. "Foi a segunda vez nos últimos seis meses e a população não aguenta mais. Nossa obrigação é pensar e planejar para evitar novos prejuízos para os moradores e para o município", disse.

A convite do prefeito, especialistas da Universidade Regional Integrada de Erechim (URI Erechim) estiveram na cidade no último dia 5 e fizeram um levantamento para planejar a mudança. Nesta quinta-feira, 9, o geógrafo Vanderlei Decian, coordenador do Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental da universidade apresentou o primeiro estudo para a realocação dos imóveis. "Estamos trabalhando para dimensionar as cotas de inundação e em projetos para melhorar o escoamento das águas desses rios", disse Decian.

Um problema já detectado é que duas pontes, uma delas de 1950, com estrutura de pedra, construída no período da colo-

nização da cidade, são estreitas e acabam represando a água durante as cheias. "Árvores e troncos que descem com a correnteza acabam parando nessas estruturas que são muito resistentes e formam uma espécie de dique", explicou.

Conforme o especialista, a região foi colonizada por imigrantes italianos, alemães e poloneses que se estabeleceram próximos aos rios para se abastecer e usar a água para consumo dos animais ou geração de energia.

Decian estima que, dos 32 municípios da região, à margem do Rio Uruguai, ao menos 15 têm problemas com inundações.

"São cidades pequenas em que as pessoas se conhecem e têm contato direto com o prefeito. Esses desastres mexem com a cabeça do gestor público. As gestões estão começando a se organizar para evitar e prevenir, senão os moradores vão embora. Ninguém que investir onde pode vir uma enchente e levar embora o investimento", disse.

Forças Armadas mobilizam 20 mil militares no Rio Grande do Sul

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Os números da Operação Taquari 2, como foi batizado o esforço de resgate e contenção dos efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul, representam um esforço similar ao de uma guerra real. Assim definiram o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e o comandante do Exército, Tomás Paiva, em coletiva de imprensa nesta sexta-feira, para atualizar informações sobre o trabalho conjunto.

"Isso é uma operação de guerra e nós estamos empenhados e solidários com o povo do Rio Grande do Sul e, se Deus quiser, vamos vencê-la", destacou o ministro.

A mobilização de militares das Forças Armadas envolvidos diretamente na operação ultrapassa 20 mil homens e mulheres, sendo pouco mais da metade contingente do próprio Exército.

"É um esforço efetivo de guerra, nunca antes feito, que exige uma coordenação muito grande. Em todos os níveis, é uma resposta à altura do tamanho do estrago que esse desastre natural acarretou", afirmou Paiva, que está em Porto Alegre acompanhando as tropas. Questionado se as forças estão utilizando a capacidade máxima, o comandante do Exército respondeu afirmativamente.

"Utiliza força máxima, com certeza. Até porque eu não posso colocar todo o contingente do

Exército porque não tenho como abastecer, vou criar problema. O que tem de mobilização é a força máxima, e foi crescendo ao longo do tempo", disse.

Ao todo, 435 municípios gaúchos foram afetados pelas chuvas e enchentes. São 69,6 mil pessoas vivendo em mais de 500 abrigos, 337.116 pessoas desalojadas e vivendo na casa de amigos ou parentes, além 756 feridos, 146 desaparecidos e 113 mortos.

RESGATES AÉREOS

Até o momento, de acordo com comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Marcelo Damasceno, as operações de resgate contabilizam números inéditos, com mais de 650 horas de voo para socorro de pessoas em situação de risco, além de evacuações com urgência médica.

"Nós fizemos, até agora, e quando eu falo nós, somos todos nós, as forças (militares), as forças auxiliares, a marca de 2.167 resgates aéreos. Nunca na história desse país se imaginou uma operação que pudesse, em tão curto espaço, em uma área pequena, como é um estado, porque as operações às vezes as operações são (em áreas) maiores, fazer mais de 2.167 resgates aéreos, (resgatar) 232 pets, evacuações médicas em UTIs, que até hoje (foram) 53", observou.

Damasceno citou o emprego dos sete aviões de carga KC-390

da frota da Aeronáutica, dois aviões de carga KC-30 e o uso de 37 helicópteros, sendo 25 deles militares, em operações permanentes.

Principal responsável pela logística de entrega de donativos, a FAB informou que arrecadou 1.749 toneladas de doações, distribuídas em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, e já fez a entrega de 132 toneladas. O fluxo de entrega, segundo o comandante, se manterá contínuo e diário enquanto perdurar a operação.

NAVIO DE GUERRA

Da parte da Marinha, a principal iniciativa é o envio do Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico, que partiu do Rio de Janeiro com destino ao litoral do Rio Grande do Sul para apoiar as vítimas da inundação provocada pelas fortes chuvas naquele estado.

Maior navio de guerra da América Latina, o Atlântico levará oito embarcações de médio e pequeno porte e duas estações móveis para tratamento de água, capazes de produzir 20 mil litros de água potável por hora, item considerado dos mais essenciais neste momento no estado, devido ao desabastecimento de água em diversas cidades.

O Atlântico tem o segundo maior complexo médico a bordo de um navio da Marinha. O centro de saúde tem estrutura completa, de raio-x à cirurgia, além de consultório odontológico,

enfermaria, laboratório e uma UTI com dois leitos. A Marinha também está enviando 40 viaturas e 200 fuzileiros navais para atuar na desobstrução das vias de acesso, além de equipes de apoio à saúde, formadas por médicos e enfermeiros.

FAKE NEWS

Durante a coletiva de imprensa, o ministro da Defesa fez um desabafo contra a disseminação de informações descredibilizando a atuação das forças envolvidas nos resgates e atuação dos governos.

"Estamos sendo vítimas, principalmente as Forças Armadas, de fake news, enquanto estamos lutando para salvar vidas, essas pessoas estão pensando em eleições, em votos, em agredir as pessoas. Esse movimento não tem nada a ver com partido, com ideologia", afirmou José Múcio, que pediu um esforço contra a desinformação.

O volume de notícias falsas nas redes sociais tem sido tão grande que a Polícia Federal (PF) e a Advocacia Geral da União (AGU) foram acionadas para identificar, investigar e processar os responsáveis pela propagação das informações inverídicas. Nesta sexta-feira, por exemplo, foi instalada uma sala de situação exclusivamente voltada para debater a implementação de ações coordenadas para o enfrentamento à desinformação relacionada às chuvas no Rio Grande do Sul.

MEDO DE REPERCUSSÃO

Irmãos Brazão descartaram execução de Marcelo Freixo

RAYSSA MOTTA/AE

A Procuradoria-Geral da República (PGR) afirma que, antes do atentado contra a vereadora Marielle Franco, o deputado Chiquinho Brazão, e o irmão dele, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Domingos Brazão, descartaram a execução do ex-deputado Marcelo Freixo porque ele "gozava de grande projeção política". "Eliminá-lo poderia gerar grande repercussão."

A denúncia oferecida contra os irmãos, apontados como mandantes do assassinato vereadora, insere o crime em um contexto de embates políticos com o PSOL.

De acordo com o documento, os irmãos Brazão tinham interesse em flexibilizar regras para a exploração de loteamentos na zona oeste do Rio de Janeiro, mas iniciativas do partido "tornaram-se um sério problema" para os negócios.

O histórico de embates com o partido é antigo, narra a denúncia. Em 2008, no relatório final da CPI das Milícias, os irmãos Brazão foram apontados como beneficiários do "curral eleitoral" formado por pressão da milícia de Oswaldo Cruz. O presidente da comissão parlamentar foi o então deputado estadual Marcelo Freixo.

A PGR também lembra que a bancada do PSOL questionou a eleição de Domingos Brazão para o Tribunal de Contas do Estado. O partido

foi à Justiça questionar a escolha, alegando que ele não tinha "notório saber jurídico", um dos pré-requisitos para assumir o cargo.

"Tudo isso contribuiu para elevar o estado de animosidade entre os irmãos Brazão e o PSOL. Mas ainda não se cogitava de nenhuma reação violenta. Em primeiro lugar, porque as políticas de regularização fundiária, de interesse dos denunciados, não haviam sido afetadas", reconstituiu a PGR.

Segundo a investigação a primeira "providência" tomada por Chiquinho e Domingos Brazão foi infiltrar no partido o miliciano Laerte Silva de Lima, preso e condenado pela Operação Intocáveis, que repassava informações. Ele se filiou ao PSOL após as eleições de 2016.

Com sua atuação na Câmara do Rio, a partir de 2016, Marielle passou a confrontar os irmãos e a ser vista como uma "ameaça" à expansão e negócios dos milicianos. Por isso, segundo a PGR, foi eliminada.

"Marielle se tomou, portanto, a principal opositora e o mais ativo símbolo da resistência aos interesses econômicos dos irmãos. Matá-la significava eliminar de vez o obstáculo e, ao mesmo tempo, dissuadir outros políticos do grupo de oposição a imitar-lhe a postura."

Também foram denunciados o ex-chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa, o policial militar Ronald Paulo de Alves Pereira e o ex-assessor Robson Calixto da Fonseca.

STF

Cármem vota a favor de ação de Bolsonaro contra Janones

CARLOS MOURA-SCO/STF



PEPITA ORTEGA/AE

A ministra Cármen Lúcia (foto), do Supremo Tribunal Federal, votou para que a Corte receba a queixa-crime do ex-presidente Jair Bolsonaro e abra um processo contra o deputado André Janones por suposto crime de injúria. Caso o posicionamento seja seguido pela maioria do STF, o parlamentar será investigado por chamar Bolsonaro de "miliciano, ladrãozinho de joias, bandido fujão, assassino".

A manifestação foi apresentada em julgamento virtual que teve início nesta sexta-feira. A sessão tem previsão de terminar somente na próxima sexta, 17.

O voto segue o parecer do vice-procurador-geral da República Hindemburgo Chateaubrind Filho, que entendeu que, ao tratar Bolsonaro "por miliciano, ladrão de joias, bandido fujão e assassino", Janones, "em tese, ultrapassou os limites da liberdade de expressão e os contornos da imunidade parlamentar material".

A avaliação da ministra Cármen Lúcia é a de que, para o

recebimento da queixa-crime, é necessária apenas os "indícios de autoria e materialidade delitiva", o que, no caso, foi comprovado. "A prova definitiva dos fatos será produzida no curso da instrução, não cabendo, nesta fase preliminar, discussão sobre o mérito da ação penal", indicou.

O ex-presidente Jair Bolsonaro pede que Janones seja investigado não só por injúria, mas também por calúnia. No entanto, a ministra Cármen Lúcia entendeu que "não há prova mínima de autoria de materialidade do delito".

Para a magistrada, ao afirmar que "o capitão matou milhares na pandemia", Janones "não atribuiu a Bolsonaro fato específico e determinado que tipificasse infração penal".

A magistrada defendeu que o STF rejeite, por hora, a alegação de Janones de que suas declarações estariam abarcadas pela imunidade parlamentar.

Segundo Cármen Lúcia, "não se tem demonstrado, nesta fase de recebimento da queixa-crime, relação entre as falas do deputado e sua atividade parlamentar".

VERGONHA

Lula critica ausência de prefeito da em evento do governo federal na BA

SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a ausência do prefeito de Teixeira de Freitas (BA), Marcelo Belitardo (União Brasil), por não ter comparecido ao evento de inauguração do Hospital Estadual Costa das Baleias e do novo prédio do Núcleo Pedagógico do câmpus Paulo Freire da UFSB na cidade, nesta sexta-feira. Segundo o petista, o prefeito "tinha que ter vergonha" pela ausência na cerimônia.

"É uma falta de respeito o

prefeito não estar aqui agora, agradecendo ao governador Jerônimo Rodrigues de ter feito hospital aqui, agradecendo ao Lula pela universidade aqui, pelas escolas técnicas", comentou o presidente no evento nesta sexta. "Eu jamais iria perguntar de qual partido ele é."

O chefe do Executivo federal disse desconhecer o prefeito: "não sei se é baixo, alto, preto, branco, magro ou gordo". Porém, falou que a cidade é comandada por um gestor "que é contra nós".

"Ele tinha que ter vergonha e

estar sentado aqui agradecendo porque o que nós estamos fazendo aqui é para cuidar de vocês", criticou.

MINUTO DE SILÊNCIO

O presidente Lula pediu um minuto de silêncio à população do Rio Grande do Sul, que sofre com fortes chuvas e alagamentos nos últimos dias no Estado. Nesta sexta-feira, já havia sido superada a marca de 100 mortos por conta da tragédia.

"A conversa que eu queria começar a ter com vocês é que, em primeiro lugar, queria pedir que

a gente fizesse um minuto de silêncio em solidariedade às pessoas que perderam familiares nas enchentes do Rio Grande do Sul; em segundo lugar, às pessoas que estão desaparecidas; e em terceiro lugar, aos milhares e milhares de gaúchos que estão fora de suas casas por conta de uma catástrofe ambiental", disse Lula. A declaração ocorreu em cerimônia de inauguração do Hospital Estadual Costa das Baleias e do novo prédio do Núcleo Pedagógico do câmpus Paulo Freire da UFSB na Bahia, nesta sexta-feira.



PAZ NA TROPA

Governo Tarcísio nomeia mais de 4 mil policiais civis

JEAN ARAÚJO/AE

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), nomeou 4.017 novos policiais civis nesta sexta-feira, em São Paulo. A cerimônia ocorreu menos de um mês depois de o chefe do Executivo estadual decidir ampliar o poder da Polícia Militar do Estado, o que provocou tensão entre a corporação e a Polícia Civil. Com a repercussão da medida, o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, anunciou um recuo no plano.

Os novos agentes prestaram concurso público em 2022 e agora estão aptos a assumirem seus respectivos cargos após passarem pelo curso da Academia de Polícia. A previsão é a contratação de 2.208 escrivães, 1.260 investigadores, 353 delegados e 196 médicos legistas.

Tarcísio anunciou uma medida preparatória, no último dia 19, na qual dava poder à PM para lavar Termos Circunstanciados (TCs). Atualmente, a ação faz parte do rol de atividades da Polícia Civil, que ficou desconhecida com o caso, o que intensificou a rixa já existente entre as duas corporações.

Os TCs foram criados em 1995 e substituem a prisão em flagrante de acusados de crimes de menor poder ofensivo, como lesões corporais e ameaças, que tem pena de até dois anos de prisão.

De acordo com o governo paulista, a medida contribuiria para "ganhar tempo e aumentar

a presença policial na rua". Entretanto, a Polícia Civil questionou a ação sob alegação de que os agentes da PC recebem treinamento específico para realizar essas atuações nas ruas e decidir se as infrações se enquadram como prisão em flagrante.

"Referente ao termo circunstanciado elaborado por outras instituições através do registro de ocorrências, não as dá direito de efetuar investigações criminais e somente se ater aos limites das decisões do nosso Supremo Tribunal Federal", disse o delegado-geral da Polícia Civil, Artur José Dian.

Após os desdobramentos do anúncio da medida, o governo paulista solicitou 45 dias para estudar o tema no último dia 22. Um grupo com dois representantes da PM, dois da Polícia Civil e dois da Polícia Técnico-Científica, além de verificar a possibilidade de a PM fazer os termos, vai chegar a possível adoção de um Boletim de Ocorrência Único, que é uma reivindicação da Polícia Civil, pois a PM tem seu próprio boletim, o BOPM.

Em abril deste ano, a Polícia Civil foi aliada de diversas ações, como Operação Fim da Linha, contra o Primeiro Comando da Capital (PCC). A insatisfação se soma às queixas de baixo reajuste salarial e falta de profissionais. De acordo com o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), até o começo deste ano, 17.231 cargos estavam vagos.

GUERRA

Rússia bombardeia e tenta avançar no norte da Ucrânia

A Ucrânia enviou reforços para sua fronteira norte nesta sexta-feira, depois que forças russas tentaram romper as linhas ucranianas em vários ataques à cidade de Kharkiv, aplicando nova pressão sobre tropas já esticadas ao longo da fronteira com a Rússia. O ataque forçou as autoridades ucranianas a iniciarem uma retirada dos cerca de 3 mil civis da região, muitos que haviam retornado depois da bem-sucedida contraofensiva ucraniana em 2022.

As autoridades ucranianas já esperavam algum tipo de mudança tática por parte dos russos, que continuam pressionando e obtendo avanços nas frentes sul e leste do país, especialmente na região do Donbas. Uma frente tão intensa em Kharkiv, no entanto, não era uma certeza, já que se trata da segunda maior cidade ucraniana para um Exército russo igualmente impactado por uma guerra que já se arrasta há mais de dois anos.

Intensos bombardeios durante a madrugada visaram a cidade de Vovchansk, na região de Kharkiv e a menos de 5 km da fronteira com a Rússia, disse o governador regional, Oleh Syniehubov. O ataque matou pelo menos um civil e feriu outros cinco, levando as autoridades a começarem a retirada de civis.

Ao amanhecer, a infantaria russa tentou avançar nas defesas ucranianas perto de Vovchansk, disse o Ministério da Defesa ucraniano, acrescentando que havia mobilizado unidades de reserva para repelir o ataque. "Até agora, esses ataques foram repelidos e batalhas de intensidade variável estão em andamento", disse o ministério.

O presidente Volodimir Zelenski, durante uma coletiva em Kiev com sua contraparte eslovaca, Zuzana Caputova, disse que as forças russas encontraram "nossas tropas, brigadas e artilharia", acrescentando: "Há

uma batalha feroz nesta direção - nós os enfrentamos com fogo."

Os combates continuavam na tarde desta sexta. As forças ucranianas estão severamente esgotadas e com uma grave falta de munição em toda a frente, e era incerto o tipo de resistência que poderiam oferecer contra um avanço russo sustentado, caso ocorresse.

OBJETIVO INCERTO

A amplitude e a intenção do avanço russo ao longo da fronteira permanecem incertas. Analistas militares disseram que a Rússia pode estar tentando forçar a Ucrânia a gastar recursos valiosos na defesa da região justo no momento em que os assaltos russos no leste da Ucrânia estão se intensificando.

Oficiais ucranianos e analistas militares ocidentais disseram que Moscou provavelmente carece do poder de combate para capturar Kharkiv. Um oficial militar sênior dos EUA descreveu os novos avanços russos mais como sondagens do que uma pressão completa, mas reconheceu que a "névoa da guerra" ali tornava a situação incerta.

"Os ataques transfronteiriços iniciais parecem ser principalmente de infantaria e podem não ser o principal esforço russo," disse Michael Kofman, um pesquisador sênior no programa da Rússia e Eurásia no Carnegie Endowment for International Peace em Washington. Ele adicionou que o ataque era "mais provável de servir como um esforço de fixação, tensionando a defesa ucraniana que já sofre com a falta de pessoal." Forçar as autoridades ucranianas a retirar civis também causaria distúrbios e desviação de recursos.

OFICIAIS NÃO COMENTAM

Blogueiros militares russos disseram que a tentativa de avanço poderia marcar o início de uma tentativa russa de criar uma "zona de amortecimento"

que o presidente Vladimir Putin prometeu estabelecer no início deste ano para interromper frequentes ataques ucranianos a Belgorod e outras regiões de fronteira russas.

A Ucrânia havia dito anteriormente que estava ciente de que a Rússia estava reunindo milhares de tropas ao longo da fronteira nordeste, perto das regiões de Kharkiv e Sumy. Embora a mais recente ofensiva terrestre da Rússia tenha se concentrado em partes do leste da Ucrânia mais ao sul, oficiais de inteligência ucranianos disseram que também esperavam um ataque no nordeste.

O Exército russo também pode tentar cortar as principais rotas de abastecimento na área e tentar bloquear Kharkiv, que é lar de aproximadamente 1,1 milhão de pessoas e fica a apenas cerca de 30 quilômetros ao sul da fronteira.

As forças do Kremlin estão buscando explorar as escassez de munição e pessoal da Ucrânia após o fluxo de ajuda militar do Ocidente a Kiev ter diminuído nos últimos meses e antes que o novo suporte prometido chegue.

O exército ucraniano está na defensiva ao longo da linha de frente de aproximadamente 1.000 km e está se apressando para construir linhas defensivas fortificadas antes do que os oficiais acreditam que será uma ofensiva russa maior. As forças ucranianas estão em desvantagem em infantaria, blindados e munição.

AVANÇO RUSSO

Não está claro se a Rússia capturou algum território. Um comandante ucraniano sênior disse que as forças de Kiev pararam uma incursão russa na direção de uma vila chamada Liptsi, a menos de um 1,5 km da fronteira na região de Kharkiv. Essa área agora era considerada uma zona cinzenta, significando que

o combate era tão intenso e a situação tão fluida que era impossível dizer quem tinha controle sobre a terra.

A administração regional de Kharkiv instou as pessoas das vilas próximas à fronteira a saírem. Algumas, como Vovchansk, que já foi muito bombardeada durante a guerra, estão quase vazias há meses.

"Atualmente estamos evacuando pessoas do hospital," disse um médico no hospital em Vovchansk que pediu que seu nome não fosse usado porque temia por sua segurança. "Eles estão atingindo muito forte e destruindo tudo."

Ele disse que os soldados ucranianos pareciam estar prevenindo um avanço para a cidade, mas que os russos estavam atacando com tudo, incluindo tanques, veículos de combate blindados e aviões de guerra. Muitas das pequenas vilas nas regiões de fronteira têm sido esvaziadas há meses à medida que o bombardeio se intensificava, e os oficiais ucranianos disseram na sexta-feira que esses esforços estavam continuando.

Forças russas falharam em tomar Kharkiv nas primeiras semanas da guerra e foram quase completamente expulsas da região numa contraofensiva ucraniana no fim de 2022. Centenas de milhares de pessoas que fugiram da cidade voltaram para suas casas e começaram a reconstruir suas vidas.

O ousado contra-ataque ajudou a convencer os países ocidentais de que a Ucrânia poderia derrotar a Rússia no campo de batalha e merecia apoio militar.

Mas, nos últimos meses, a Rússia intensificou o bombardeio da cidade, visando-a quase diariamente com mísseis, drones e poderosas bombas guiadas que têm como alvo a infraestrutura energética, indústrias que desempenham um papel importante na produção de armas e bairros residenciais.

60+

Hospital inaugura pronto-socorro exclusivo para idosos

VICTÓRIA RIBEIRO/AE

Na terça-feira passada, a Rede de Hospitais São Camilo, em São Paulo, inaugurou um pronto-socorro 60+, espaço exclusivo para atendimentos de emergência de pessoas com 60 anos ou mais. O novo espaço, localizado na unidade da Vila Pompeia, zona oeste da capital paulista, já está em funcionamento e pode ser acessado por todos os pacientes dessa faixa-etária que possuem convênios que abrangem consultas no hospital, sem necessidade de cobertura diferenciada ou específica.

"A inauguração dessa ala visa proporcionar um atendimento mais humanizado e especializado, promovendo um envelhecimento saudável e tranquilo", destaca Abgair Lima, gerente administrativa da unidade Pompeia da Rede de Hospitais São Camilo de São Paulo, em comunicado. Ao *Estadão*, Abgair explicou que a criação do espaço que está localizado no mesmo andar do pronto-socorro convencional - foi impulsionada pelo aumento significativo de idosos usuários do hospital, especialmente na Unidade Pompeia.

Outro fator determinante foi o crescimento da população idosa em geral, conforme dados do

Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registrou um aumento de 57,4% em 12 anos. Vale ressaltar que, atualmente, existem planos de saúde exclusivamente dedicados aos pacientes 60+, inclusive com rede própria de hospitais, como Prevent Senior e MedSênior, indicando uma tendência crescente de serviços direcionados a essa faixa etária.

De acordo com a instituição, a nova ala da Unidade Pompeia foi projetada com colaboradores treinados para o acolhimento específico do idoso e para agilizar o processo de internação, com acompanhamento de médicos geriatras.

Além disso, o ambiente recebeu uma ambientação visual diferenciada, com pisos claros e sem recortes, para facilitar a movimentação com segurança. O espaço também adota um sistema de atendimento de fluxo único, onde o paciente é acolhido em um consultório e é o profissional, seja médico ou enfermeiro, que se desloca até ele.

"A população idosa é bastante vulnerável e frequentemente é acometida por doenças crônicas. Mas, com os cuidados adequados, é possível evitar internações e aumentar a expectativa de vida.

Nota

BISPO ASSUME PREFEITURA EM VIAGEM DE NUNES

A ausência de um vice-prefeito e a regra eleitoral que impede um candidato de ocupar o cargo no Executivo seis meses antes do primeiro turno resultou em um impasse na linha sucessória do poder na cidade de SP. Nesta segunda-feira, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) viaja para o Vaticano, onde deve permanecer por cinco dias. A saída motivou uma dança das cadeiras na Câmara Municipal e jogou a responsabilidade no colo de um parlamentar que não disputou a reeleição em outubro. Atílio Francisco (Republicanos), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e vereador por seis mandatos consecutivos, será o responsável por administrar a cidade na ausência de Nunes.

ONU

Assembleia Geral aprova resolução que revive candidatura da Palestina

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) votou, por ampla margem, nesta sexta-feira, para conceder novos "direitos e privilégios" à Palestina e apelou ao Conselho de Segurança para reconsiderar favoravelmente o

seu pedido para se tornar o 194º membro das Nações Unidas.

O organismo mundial de 193 membros aprovou a resolução patrocinada pelos árabes e palestinos por uma votação de 143 contra 9 e 25 abstenções.

Os Estados Unidos vetaram

uma resolução do conselho amplamente apoiada em 18 de abril que teria aberto o caminho para a adesão plena da Palestina às Nações Unidas, um objetivo que os palestinos há muito buscam e que Israel tem trabalhado para evitar.

O vice-embaixador dos EUA na ONU, Robert Wood, deixou claro na quinta-feira que o governo norte-americano se opõe à resolução da assembleia.

Os EUA estavam entre os nove países que votaram contra, juntamente com Israel.

PARQUE DE DIVERSÕES

Na China, pessoas ficam de cabeça para baixo após brinquedo de parque travar

Pelo menos 18 pessoas ficaram presas de cabeça para baixo após um brinquedo de parque de diversões travar na China. O incidente aconteceu na cidade de Chongqing no dia 4 de maio, em um dos feriados mais longos do País, o Dia do Trabalho, que ocorre entre os dias 1º e 5 de maio. As informações são do

jornal *Straits Times*, de Cingapura.

As pessoas ficaram "penduradas" por cerca de dois a três minutos, segundo a reportagem. Funcionários do parque conseguiram fazer com que o brinquedo voltasse a funcionar logo depois, aponta a mídia local chinesa. Ninguém ficou ferido, mas

algumas pessoas relataram terem sentido tontura.

O brinquedo gira 360º nos dois sentidos. Após atingir o seu ponto mais alto, o equipamento parou completamente, deixando os passageiros sentados de ponta-cabeça. Segundo a reportagem, o brinquedo é popular e normalmente tem

um tempo de espera de cerca de uma hora.

Funcionários relataram que o brinquedo não parou por mau funcionamento, mas porque pode ter atingido o seu ponto de equilíbrio. No entanto, uma investigação mais detalhada sobre o incidente está em andamento, diz a reportagem.

Nota

JULGAMENTO DE TRUMP: EX-ATRIZ PORNÔ BATE BOCA COM ADVOGADA

O segundo e último dia de depoimento da ex-atriz pornô Stormy Daniels foi marcado por bate-boca entre ela e a defesa do ex-presidente americano Donald Trump. Os advogados do republicano buscaram desacreditá-la. Eles afirmaram que Daniels tentou extorquir dinheiro de Trump, acusado de alterar seus registros contábeis para esconder um caso que teria tido com ela.

A advogada de defesa Susan Necheles tentou listar ao júri várias maneiras pelas quais Daniels ganhou dinheiro: um pagamento secreto de US\$ 130 mil (feito por Trump); um livro; mercadorias vendidas com a hashtag TeamStormy; e uma turnê em clubes de strip chamada "Make America Horny Again", divulgada com uma foto sua com Trump. Necheles também destacou que Daniels, de 45 anos, escreveu e dirigiu cerca de 150 filmes pornôs. "Você tem muita experiência em fazer com que histórias falsas sobre sexo pareçam reais, certo?", perguntou a advogada.